

**FACULDADE PATOS DE MINAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

GEYZI MARTINS DA SILVA

**A INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE EM ESCOLAS
COMUNS**

**PATOS DE MINAS
2010**

GEYZI MARTINS DA SILVA

**A INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE EM ESCOLAS
COMUNS**

Monografia apresentada a Faculdade Patos de Minas como requisito parcial para conclusão do Curso de Graduação em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof. Me. Renata Ferreira dos Santos

**PATOS DE MINAS
2010**

376 Silva, Geyzi Martins
S586i A inclusão do aluno deficiente no ensino regular/Geyzi Martins da Silva
Silva – Orientador (a): MS. Renata Ferreira Santos.
Patos de Minas: [s.n.], 2010
56p

Monografia de Graduação – Faculdade Patos de Minas - FPM
Curso de Ciências Biológicas

1. Deficiente 2. Aluno 3. Inclusão I.
Geyzi Martins da Silva II.Titulo

FACULDADE PATOS DE MINAS
GEYZI MARTINS DA SILVA

A INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE EM ESCOLAS
COMUNS

Monografia aprovada em _____ de _____ de _____ pela comissão
examinadora constituída pelos professores:

Orientadora:

Prof. Me. Renata Ferreira dos Santos
Faculdade Cidade de Patos de Minas

Examinador:

Prof. Esp. Daniela Cristina Silva Borge
Faculdade Cidade de Patos de Minas

Examinador:

Prof. Me. Fredson Gonsalves Coimbra
Faculdade Cidade de Patos de Minas

Agradeço primeiramente a Deus por ter me ajudado a adquirir forma. Dedico esta grande vitória à minha mãe, Maria Luiza, à minha irmã, Joice, por todo amor, carinho e confiança em mim depositados.

Agradeço...

A Deus por todas as oportunidades que tenho em minha vida, por me dar forças para superar todos os obstáculos que encontro pelo caminho e por ter conseguido vencer mais esta etapa em minha vida. À minha mãe, Maria Luiza, e ao meu padrasto, Paulo, por me ensinarem que o estudo é a maior herança que teremos, e por não medirem esforços para que eu alcance minhas metas. À minha irmã, Joice, e seu marido, Robson, por me dar apoio e ajudar-me a superar os momentos de dificuldade. Às minhas amigas Alessandra, Naiara e Tatiane por toda a força que me deram nestes anos. Companheiras de estágios... enfim, de todas as horas, valeu. À minha amiga Daiane, companheira que sempre esteve ao meu lado, sempre falando que eu ia vencer os obstáculos, nunca me deixando desanimar e desistir; obrigada amiga! À minha orientadora, professora Mestre Renata Ferreira dos Santos, pela ajuda, com seu conhecimento, paciência e dedicação para a conclusão deste trabalho. Aos professores do curso pelos conhecimentos compartilhados durante esta caminhada. Agradeço ao coordenador do curso, Fredson, sempre ajudando a turma. À professora de TCC, Mestre Luciana, muito obrigada por sua ajuda, por estar sempre atenta ao que precisávamos. À minha turma, foi com ela que passei muitos momentos bons (e ruins também), a qual considero minha segunda família. A todos aqueles que, não mencionados aqui, mas que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização deste projeto... O meu muito obrigada de coração.

“O despertar da consciência na criança coincide sempre com o aprendizado da linguagem que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade”.

Emile Benven

RESUMO

O aluno com necessidades especiais tem o direito de estar em uma escola regular, e qualquer lugar que o interessa. Aprender e conviver com outros indivíduos é um direito da criança portadora de necessidades especiais. A escola tem que estar aberta para as diferenças, vai ter que se adaptar para receber esses alunos, buscar recursos que poderão ajudar na adaptação. Sabe-se que a inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular tem que ultrapassar as práticas tradicionais e adaptar-se para receber esse novo perfil de aluno. A inclusão é o caminho para construir uma nova sociedade. Por meio dela o aluno portador de deficiência terá uma vida social melhor. Os alunos PdD ao frequentarem uma escola comum poderão ter um melhor desenvolvimento e aprender o que for possível sem preconceitos, inseridas em um contexto social único, capaz de proporcionar igualdade. A construção de uma escola inclusiva é um desafio para todos, não é mais um “tabu”. A proposta de educação inclusiva apresenta evolução, busca verdadeiramente uma escola para todos. A inclusão surge no cenário educacional como uma nova perspectiva, que envolve rever concepções a respeito da educação, do ensinar e do aprender. As escolas devem fazer um novo projeto pedagógico para a inclusão do PdD. O professor, cada vez mais, é levado a questionar-se sobre os saberes necessários para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais. Ele não tem formação inicial para tal, mas com o convívio com o PdD todos os dias o professor vai se adaptando e vivenciando o processo. Aprenderá o necessário para modificar suas aulas. A inclusão do aluno PdD nas escolas comuns depende da sociedade. A família e a escola têm que se unirem para que essa inclusão do aluno PdD efetive-se de fato.

Palavras-chaves: Aluno, Deficiente, Inclusão, Escola.

ABSTRACT

Students with special needs has the right to be in a regular school, and anywhere that interests you. Learn and socialize with other individuals is a right of children with special needs. The school must be open to differences will have to adapt to welcome these students, seeking to prepare resources to help in adaptation. It is known that the inclusion of students with special needs in regular education must go beyond traditional practices and adapt to receive the new student profile. Inclusion is the way to build a new society. Though it the student with a disability will have a better social life. Students PdD to attend a mainstream school may have a better development and learn what can be done without a lot of charges, but entered into a unique social contexts, capable of providing equality. The construction of an inclusive school is a challenge for everyone is no longer a taboo. The proposal presents the evolution of inclusive education, truly seeking a school for everyone. The inclusion in the educational landscape emerges as a new perspective, which involves reviewing the conceptions of education, teaching and learning. Schools must make a new educational project for the inclusion of PdD. The teacher is led to wonder about the knowledge necessary to work with children with special educational needs. He has no training for this, but with his interaction with the PdD every day the teacher adapts and experiencing the process. Learn what is necessary to modify their lessons. The inclusion of students in ordinary schools PdD depends on the society. The family and school have to join for this PdD takes effective inclusion of students is fact.

Keywords: Student, Disability, Inclusion, School

SIGLAS E ABREVIATURAS

PdD	- Portador de deficiência
MEC	- Ministério da educação e cultura.
SEESPE	- Secretaria de educação especial
LDB	- Leis diretrizes de base dos direitos do cidadão
LDBM	- Leis de diretrizes e base da educação nacional
LDBEN	- Leis de diretrizes e base da educação nacional
PFDC	- Procuradoria federal dos direitos do cidadão
INEP	- Instituto nacional de estudos e pesquisas
PNEE	- Portador de necessidades educativas especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS	13
2.1	Objetivo geral.....	13
2.2	Objetivos específicos.....	13
3	METODOLOGIA	14
4	A necessidade de se incluir o aluno portador de deficiência em escolas de ensino regular	15
4.1	A necessidade de inclusão do aluno PdD no ensino regular.....	15
4.2	Leis que regulamentam o portador de deficiência no ensino regular.....	19
4.3	Sentimentos do PdD e dos professores na inclusão no ensino regular	24
4.4	O papel da equipe escolar no processo de inclusão.....	25
4.5	Formação de professores e equipe no processo de inclusão	27
5	A inclusão em escolas comuns	29
6	Escola, Família e Sociedade: o que pode ser feita péla inclusão?	
7	Considerações Finais	
	Referências	

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o aluno com necessidades especiais é visto como uma pessoa que tem o direito de frequentar uma escola regular, e qualquer lugar que o interessa, viver sua vida como qualquer outro indivíduo. A inclusão trouxe a necessidade de repensar a educação, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pela docência. A inclusão do aluno deficiente no ensino regular muda o tradicional que vem de anos, muda o pedagógico e o currículo escolar. WARNOK (1990)

O convívio do PdD em escolas regular pode fazer com que eles se sintam mais motivados a aprender, deixam de se sentirem sós, pode fazer amizades que poderão ajudar no seu desenvolvimento.

Atualmente, pensa-se que a maioria das escolas não está preparada para receber esses alunos e que não tem recursos suficientes para uma boa estruturação e aplicação dos currículos e ainda, que os professores, não tendo uma formação adequada nem um apoio pedagógico, vão ter que buscar materiais didáticos adequados para esses alunos portadores de deficiências. Dependendo da necessidade especial que o aluno apresenta, as aulas do professor deverão ser modificadas para que ele aprenda.

Faz-se necessário que se questione, indague e busque soluções. Como o aluno portador de deficiência é visto e recebido nas escolas de ensino regular? Como incluir o aluno com necessidades especiais na escola regular? Os alunos bem como todo contexto educacional podem ter dificuldade em aceitar e / ou saber lidar com aluno que apresenta necessidades especiais. Mesmo tentando tratá-los bem podem ter um comportamento diferente, que contribua para a exclusão dos alunos portadores de deficiência. A escola de alguma maneira tem que se preparar para receber, acolher e educar esses alunos.

Há a necessidade evidente de incluir pessoas com deficiência no ensino regular, afinal, eles são pessoas com direito de estudar, fazer uma faculdade, ter uma profissão e levar uma vida normal.

Em uma escola regular, essas pessoas podem ter um convívio social melhor e também melhorar seu desenvolvimento na aprendizagem.

O presente estudo encontra-se estruturado em três capítulos: no primeiro capítulo apresenta-se a necessidade de se incluir o aluno portador de deficiência em escolas de ensino regular. No segundo capítulo, discute-se as leis que regulamentam o portador de deficiência no ensino regular. No terceiro capítulo são apresentados sentimentos do PdD e dos professores na inclusão no ensino regular. O trabalho encerra-se com as considerações finais.

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

Discutir a inclusão de alunos com deficiência em escolas de ensino regular.

2.2 Objetivos específicos

- Refletir sobre o (não) preparo (formação) de professores para receber alunos com deficiência.
- Analisar o modo como os outros alunos sem deficiências se relacionam com colegas que têm necessidades especiais.
- Verificar se o contato do aluno deficiente com outras pessoas pode ajudar no desenvolvimento da aprendizagem.

3 METODOLOGIA

Foi realizado estudo por meio de revisão literária de forma explorativa e qualitativa, buscando fontes em livros, monografias, dissertações, teses artigos e demais publicações que tratem do tema Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula em ensino regular.

Essas publicações foram buscadas em bibliotecas, bancos de dados em sítios da internet tais como SCIELO, BIREME, LILACS, GOOGLE. Foram utilizadas as seguintes palavras chaves: inclusão do aluno, deficiência, sala de aula, aprendizagem.

Os materiais que foram utilizados para o estudo da inclusão do aluno deficiente na sala de aula foram os materiais publicados e registrados no período do ano de 1990 a 2010. Os dados foram coletados entre os meses de fevereiro a setembro 2010. Foi feita uma análise dos dados e comparação das ideias de diferentes autores, o que se configura como a fundamentação teórica. Por fim, foram feitas as considerações finais do pesquisador.

4 A NECESSIDADE DE SE INCLUIR O ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS DE ENSINO REGULAR

4.1 Necessidades de inclusão do aluno PdD¹ no ensino regular

O aluno com necessidades especiais é uma pessoa, que tem o direito de frequentar uma escola regular, e qualquer lugar que o interessa, tem o direito de brincar, viver com experiências como qualquer outra pessoa, ir à escola, aprender e conviver com outros indivíduos.

Mantom, 1997; Calvalcante, 2005 apud p.23. A escola do século 21 tem que abrir as portas para alunos com deficiência, a porta da escola tem que estar abertas para as diferenças.

De acordo com as ideias de Warnok (1990) em certas ocasiões considerou-se que a integração dos alunos na escola regular era o principal objetivo do processo mudança. Hoje, já se sabe que a integração não é simplesmente a transferência da educação especial às escolas do ensino comum, mas seu objetivo principal é a educação de forma integral e igualitária dos alunos com necessidades educativas especiais.

Nesse sentido, Karagiannis e Stainback (1999, p. 21), afirmam que “[...] a educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiência devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir os alunos”. A escola e o lugar ideal para acontecer a inclusão de maneira efetiva e real dependem as crianças aprendem na escola, e o professor esta dentro da sala de aula para ensinar, passar conhecimentos para os alunos, seja branco, negro, amarelo ou deficiente. Não se trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala, o professor tem que pensar o que se pode fazer nas suas aulas para ajudar o portador de deficiência.

¹ Leia-se PdD como portador de deficiência.

De acordo Dorneles (2002), a inclusão dos alunos com deficiência visual na escola deve aderir a adaptações que aluno precisa, tem que aderir materiais didáticos adequados, a escola tem que trabalhar em equipe voltada para a inclusão. Assim como deficiência visual requer materiais e cuidados específicos, toda a deficiência também requer materiais didáticos adequados.

A escola tem que estar aberta às diferenças, vai ter que se adaptar para receber esses alunos, se preparar buscando recursos que poderão ajudar na adaptação.

Scotti (1999, p.20), afirma que “a educação deve ser, por princípio” liberal democrática e não doutrinária. O aluno deve, pois, ser respeitado independente da deficiência que porta.

Sabe-se a inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular a escola tem que ultrapassar as práticas tradicionais e se adaptar para receber esses alunos. A inclusão é o caminho para construir uma nova sociedade. Por meio dela o aluno portador de deficiência terá uma vida social melhor. Os alunos PdD ao frequentarem uma escola comum poderão ter um melhor desenvolvimento e aprender o que for possível sem muitas cobranças, mas inseridas em um contexto social único, capaz de proporcionar igualdade.

Santos (2004) diz que as escolas devem ser espaços educativos de construção de personalidades humanas anatômicas. Que a equipe da escola está ali para ajudar os alunos. Segundo Blanchot (2004) um aluno com grandes limitações provavelmente não vai aprender tudo, mas a sua convivência social com os outros alunos poderá ajuda nos seus modos, e no seu desenvolvimento.

De acordo com Jonsson (1994) as pessoas com deficiência podem ter participação plena e igualdade de oportunidade, e a sociedade deve se adaptar às pessoas PdD . Os que não são PdD, em contato com os alunos com deficiência, poderão quebrar o preconceito, perder o medo, desenvolver a tolerância e a cooperação, adquirir o senso de responsabilidade, trabalhando em grupo, ajudando na aprendizagem do aluno PdD.

Segundo Unesco (1994) cada país deveria construir um sistema de qualidades para todos, deveria interagir todos os alunos independente das necessidades que portam.

Arroyo (1997) fala que a inclusão do aluno PdD no ensino regular pode ser ruim ou boa, há pontos positivos e negativos, depende da estruturação das escolas

para receber bem esses alunos e dos professores estarem preparados para passar ensinamentos de modos diferentes para os PdD.

A Declaração Salamanca (1994) reza que as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais. As escolas têm que estar de portas abertas para todas as crianças: deficientes, moradores de rua, ricas ou pobres. A escola deve ser o lugar de se formar bons adultos.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, as escolas são para passar ensinamentos e educação a alunos de todos os tipos: sexos diferentes, portador de necessidades ou não. O convívio na sala de aula pode ser o modo mais eficaz de quebrar preconceitos; todos juntos para aprender, buscando o mesmo objetivo, pode ser a saída para construir uma educação melhor e de mais qualidade para todos.

Silva (1999), diferentemente, diz que cada ser humano tem uma característica diferente, suas maneiras de ser e aprender são diferentes. Para ele a inclusão do aluno deficiente no ensino regular não é um bicho de sete cabeças, a sociedade tem que se acostumar com as diferenças no mundo.

A inclusão é um modo de cuidar do outro respeitando o espaço do outro; faz-se necessário convidar pais, familiares, toda a sociedade para participar juntos de uma nova nação sem preconceitos, fazer uma educação cooperativa. A escola não pode fazer isso sozinha, ela precisa de parceiros para integrar os PdD. A pessoa com necessidades precisa encontrar um caminho na sociedade, que seja propício para seu desenvolvimento. A sociedade também tem que dar espaços para os PdD abrir caminhos. POWER, (2002, p. 42).

De acordo Mantoan (1997) a inclusão do aluno deficiente no ensino regular exige a instituição de práticas pedagógicas e currículos mais evoluídos. As mudanças têm que ser profundas. A escola prepara o futuro, deve ensinar as crianças conviverem juntas com as diferenças e aprenderem a respeitar o espaço do outro. Só assim serão cidadãos melhores, independentes de serem ou não portadores de deficiência.

De acordo Stobaus e Mosqueira (2004) a escola é uma instituição universal e, por isso, deve receber todos os alunos, deficientes ou não, integrados ou marginalizados. A escola tem que receber de braços abertos, tentando ensinar e mostrar que através do estudo poderá ter uma vida melhor.

Segundo Mrech (2006) o processo de inclusão refere-se a um processo educacional que visa a entender e buscar sempre meios para inclusão do PdD no ensino regular.

Então, a inclusão trouxe a necessidade de repensar a educação, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pela docência. A inclusão do aluno deficiente no ensino regular muda o tradicional, muda a pedagogia e o currículo escolar.

4.2 Leis que regulamentam o portador de deficiência no ensino regular

As diretrizes curriculares e nacionais para a educação social de acordo com o MEC / SEESPE (1998) colocam uma nova estrutura para as escolas comuns, que propõe currículo, metodologia de ensino e ações que favorecem a inclusão do portador de necessidades. Nessas diretrizes, a escola deve capacitar seus professores, organizar-se e adaptar-se para oferecer educação para todos de modo igual.

São inúmeras as leis que buscam regulamentar os direitos das pessoas portadoras de deficiência; todas buscam o direito e o respeito desses portadores.

Segundo NAZAR (2008) a educação inclusiva vem de uma época contemporânea de preconceitos. Hoje a sociedade é mais aberta e deve ajudar na inclusão do PdD nas escolas comuns.

Com a Lei Diretrizes de base na educação (LDB) o processo de inclusão gera uma exigência de transformação das escolas, o ensino do PdD a escola tem que se adaptar às necessidades deles, a inclusão leva a uma ruptura com o ensino tradicional, exigindo mudanças para os currículos das escolas.

No Brasil, como aponta Castro (1997), apenas na década de 1980 saíram as discussões sobre a inclusão do aluno deficiente. A Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, Artigo 205 prescreve: "A educação é direito de todos e dever do estado e da família". Todas as crianças têm que estudar. Os pais e familiares têm que colocar seus filhos na escola para aprender, a escola deve, então, acolhê-los da melhor maneira possível.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96) estabeleceu igualdade e condições ao acesso e permanência na escola, recomendou que a educação do aluno PdD ocorresse em escola comuns.

Foi editada no ministério público a Lei nº. 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que trata da eliminação das barreiras arquitetônicas para a inclusão do portador de deficiência, essa lei ajuda o portador de necessidades tanto na inclusão escolar, quanto nos transporte e no trabalho.

Recentemente o Ministério da Educação publicou a Portaria Normativa ME nº. 14, de 24 de abril de 2007, cujo objetivo é de regulamentar o processo de acessibilidade para o ensino superior. Esse documento garante o acesso pleno do PdD nas escolas comuns. Não faltam legislações para regulamentar a inclusão do portador na sociedade e na escola. Portanto, já existem as Leis Específicas integracionistas, que são aquelas que trazem a ideia de que a pessoa com deficiência terá direitos assegurados desde que ela tenha capacidade de exercê-los. ROSÂGELA (2001).

É o caso da lei nº 7.853/89, parágrafo único II, "f", que trata da "matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos, em que toda escola deve reservar vagas para alunos PdD em escolas públicas e particulares; pessoas portadoras de deficiência são capazes de integrarem-se no sistema regular" (BRASIL,1994).

A LDBM (Leis de diretrizes e base da educação nacional) fala que a educação inclusiva garante o cumprimento do direito constitucional, uma organização pedagógica de práticas de ensino que se atentam às diferenças dos alunos, afirma que ninguém fica prejudicado, que todos têm um convívio socialmente sem preconceitos.

A Constituição Federal e a Convenção da Guatemala consideram grave o fato de que a maioria das escolas comuns da rede regular diz estar despreparada para receber alunos com deficiência. Na verdade, não estão. Stainback e Stainback apud Glat (2007)

Caso as escolas comuns se recusem a fazer as matrículas de alunos deficientes ou cessem as já existentes, configura-se como crime (art. 8º, Lei 7.853/89). Faz-se importante, então, que a instituição especializada responsável pelo encaminhamento comunique ao ministério público.

Disposto no art.205, da CF, tem registrado que as escolas devem ser mistas, receber os alunos portadores e os alunos comuns, colocando-os para interagirem. Logicamente, seguindo todos os critérios de avaliação e de promoção, como está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Com base no aproveitamento escolar, previsto na LDBEN (art. 24), não podem descumprir os princípios constitucionais da igualdade do direito dos alunos PdD em que todos devem frequentar a escola.

Então, não basta aceitar as matrículas, a escola e a sociedade devem oferecer condições reais para que os PdD adaptem-se ao ambiente e interajam verdadeiramente com os outros alunos para que não haja exclusão.

Todas as crianças devem ser incluídas nas escolas, não se pode esquecer que elas têm direito à educação e que são únicas, devendo, pois, serem tratadas assim. Cada uma apresenta um tipo de aprendizagem e desenvolvimento, independente se são deficientes ou não. Dessa forma, o processo de aprendizagem e de ensino deve ser conduzido de forma diferente, respeitando os limites, ritmos e características próprias.

A procuradoria federal dos direitos do cidadão (PFDC, 2004) diz que a escola tem que ter ensino de qualidade. Para isso, pensando em ensinar os alunos deficientes e “não deficientes”, o professor precisa despender tempo e condições adequadas para que todos aprendam.

A Inclusão social do PdD poderá ajudar a diminuir o preconceito. A escola é o espaço ideal para difundir a necessidade da integração do PdD na sociedade. Já se têm indícios de que a inclusão, lentamente, está acontecendo: coletivos adaptados, reserva de vagas em estacionamento, rampas de acesso etc. A escola deve mostrar à sociedade que este processo é muito necessário e dever de todos.

O censo escolar 2004-INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, mostra que aumentou o número de matrículas dos alunos com necessidades especiais, o que revela um progresso e amadurecimento no processo de integralização do portador de deficiência.

O MEC, com o intuito de auxiliar as escolas nesta inclusão progressiva, vem disponibilizando para as escolas materiais e tecnologia que atribuam competência para lidar com as diferenças aos professores e servidores da Educação, levando conhecimento sobre a educação inclusiva e atendimento educacional complementar e específico para todos os tipos de deficiência.

4.3 Sentimentos do PdD e dos professores na inclusão no ensino regular

Segundo Glat apud Oliveira (2007) para que a inclusão escolar seja real o professor deve estar sensibilizado e capacitado tanto psicologicamente quanto intelectualmente para mudar suas aulas e para que, como resultado de ações conscientes, todos os alunos aprendam. Os professores devem se preparar emocionalmente e qualificar seus ensinamentos buscando recursos que atendam às diferenças da turma.

De acordo com Mazzota (1996) os educadores vivenciam, direta ou indiretamente, a educação dos alunos PdD, percebendo, assim, que as dificuldades de cada aluno são diferentes. O professor, com o tempo, fica conhecendo um pouco dos seus alunos, da deficiência apresentada e, aos poucos, entende o que é necessário acrescentar em suas aulas para que o processo de ensino e aprendizagem efetive-se. É o professor que determina o estilo de sua aula e os recursos a serem utilizados.

Amaral (1994) ressalta que o contato do aluno deficiente com os outros alunos e com o professor está permeado de sentimentos, como medo, raiva, repulsa, pena. Mesmo que não admitam, muitas vezes, esses sentimentos, inconscientes, fazem-se presentes na sala de aula ou em qualquer ambiente em que se tenham diferenças. O processo de inclusão começa pela aprendizagem de saber lidar com essas sensações e os pré-concebimentos de ideias e pessoas. Uma atitude aconselhável comum, no entanto, é a de não demonstrar pena para com o aluno PdD.

Conforme Naurjorks e Cols (2000) o fato dos alunos PdD desconhecerem seu próprio mecanismo de defesa, os professores podem ter problemas de prosseguirem o ensino. Os PdD podem sofrer um desgaste emocional que poderá levar a descrenças das aulas ou ao sentimento de desmotivação nas aulas. Todo o processo de aprendizagem em uma sala que tenha um aluno deficiente deve ser conduzido muito cuidadosamente para que, nem os alunos deficientes nem os outros, sintam-se excluídos do foco do professor.

O professor deve estar preparado emocionalmente para passar segurança para os alunos, para que eles se sintam mais seguros.

Nas palavras de Omote (2000, p. 60) o professor é a “[...] peça essencial na escola [...]”, ele tem que se preparar para não passar nenhum sentimento que possa prejudicar seus alunos. O aluno PdD tem que se sentir seguro dentro da sala de aula, só assim ele se sentirá realmente incluído. O professor tem que estar preparado para receber esse aluno PdD, independente do ritmo que eles apresentarem. Para se trabalhar com ritmos diferentes, necessário se faz estratégias distintas.

A constituição federal de 1998, art.205, prescreve que a educação é direito de todos e está baseada nas diferenças, que todos têm os mesmos direitos e deveres. O professor, modificando suas aulas, poderá verdadeiramente colocar isso em prática. O docente, juntamente com os alunos, é o principal mediador. Sem essa mediação e atenção do professor o aluno PdD não consegue se adaptar a esse ambiente alheio a ele.

Os pais, as escolas, alunos e professores devem se unir para ajudar esses alunos PdD a se sentirem seguros, não se sentirem sós. A inclusão tem que ser um trabalho coletivo. Não acontece inclusão por desejo individual.

De acordo com Vigotski (1991) o professor, os alunos e os pais fazem parte do processo de ensino e aprendizagem do aluno PdD. Todos devem se unir e estar bem emocionalmente para ajudar o aluno com necessidades.

Segundo Wallon (1975) há a importância eminente do professor e dos pais passarem segurança para esses alunos PdD para que eles não se sintam rejeitados e nem discriminados pela sua deficiência.

O professor, neste sentido, deve racionalizar suas emoções, refletir como vai agir com os alunos, permitir que o aluno expresse o seu sentimento e conduzir as discussões e falas para que os problemas não se acentuem. O professor tem que modificar suas aulas levando em consideração diferentes para que nenhum aluno fique prejudicado. O professor deve adequar suas aulas dependendo da deficiência do aluno.

Pais e educadores devem, a todo custo, tentar resgatar o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar o desenvolvimento do PdD e o acesso deles em todas as escolas regulares. O professor, os pais e a sociedade são essenciais na inclusão do aluno PdD no ensino regular; todos devem estar preparados emocionalmente para enfrentar as dificuldades, que, com certeza, ocorrerão. O professor, segundo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial, tem

competência para identificar as necessidades que cada aluno tem, por isso ele vai reestruturar suas aulas para ajudar o aluno deficiente. Webmaster (2007)

Salamanca (1994) diz que as escolas inclusivas consistem em todos os alunos aprenderem juntos.

O convívio do PdD em escolas regulares, às vezes, pode ser difícil, principalmente no início. Mas tudo tem que ser repensado para que o PdD possa sentir-se mais motivado a aprender. O contato dos portadores de deficiência com os outros alunos favorecer o desenvolvimento intelectual e o convívio social dentro e fora da escola. Os PdD precisam também, como já sabido, e como todo ser humano, de atenção e de carinho dos pais e familiares. Os professores podem ajudar também nesta tarefa, às vezes, conversando com a família e sociedade, e em outras circunstâncias, demonstrando afeto.

Segundo Mantoan (1997) e Unesco (1994), todos os alunos que têm deficiência devem ser incluídos nas escolas comuns e sempre que possível aprenderem juntos independente das dificuldades ou limitações que possam ter. Para tanto, o professor precisa ter segurança para ensinar, lidar com as diferenças, aceitar as novas metodologias e integrar todos os alunos em uma turma única, sem distinções de melhor ou pior aluno. O professor é que vai mostrar que, com todas as características particulares e únicas de cada aluno, a turma é capaz de buscar conhecimento para todos de maneira coletiva e cooperativa.

O professor passando seguranças para seus alunos torna convivência mais prazerosa e tranqüila, apesar das limitações e diferenças de cada um. A sociedade deve entender que o convívio dos alunos PdD com as pessoas tomadas como “normais” é possível e pode fortalecer amizades, afetos, companheirismo e colaboração, valores tão fundamentais para todos.

De acordo com Miles (2000) as barreiras que pais e familiares podem encontrar na inclusão do PdD nas escolas comuns públicas são a ausência de recursos financeiros, carência de materiais básicos, como material pedagógico, mobiliário, adequações físicas etc. Os professores, por esses motivos, podem se sentirem incapacitados e/ ou impossibilitados para dar aulas para os PdD.

Afirma Kuester (2000) que uns dos fatores mais importantes para a inclusão do aluno PNEEE (Portador de necessidades educativas especiais) é a interação dele com o professor. Percebe-se, portanto, que o professor é peça essencial para que o processo de inclusão ocorra. Ele deve, neste sentido, ser capacitado para dar

aula para os alunos PdD. O conhecimento sobre a inclusão e as estratégias que devem ser utilizadas devem ser difundidos nas escolas. Conhecer o modo como se deve trabalhar com os alunos PdD não mais pode ficar restrito a um grupo de pessoas ou registrado em lei. O professor, bem como toda a equipe das escolas, deve ser preparado para lidar com a inclusão.

De acordo Brasil (1995) o professor encontrará obstáculos, pois não é um processo fácil. Vão acontecer dias com bons resultados, outros não. O importante é que se fixe a necessidade de modificar as aulas em função da aprendizagem dos alunos, deficientes ou não.

Segundo Mrech (1998) os estudantes com PdD podem aprender a gostar da diversidade, podem demonstrar crescente responsabilidade, ter um bom desenvolvimento de aprendizagem através de trabalhos em grupos com pessoas deficientes ou não deficientes. Os estudantes sem deficiência podem perder o medo e o preconceito em relação ao diferente, podem desenvolver responsabilidade e tolerância.

Poster (1998, p. 1) afirma: “Todos juntos aprendendo com as diferenças [...]”. A escola é uma instituição dinâmica, que ajuda os alunos a vencerem os preconceitos, e substituírem os sentimentos de medo, revolta, empatia, preconceito, por solidariedade e respeito. A escola deve fazer os alunos perceberem que todos são iguais em suas próprias diferenças.

Segundo Nazar (2008) os professores devem ter uma formação adequada para trabalhar com a inclusão. Se não se tem a formação inicial, que se invista em formação continuada. Professores, pais, familiares e toda a sociedade são fatores essenciais na inclusão do PdD nas escolas comuns. Mais uma vez: inclusão não se faz sozinho.

De acordo Vyotsky (1991) apud Rabelo (1999) as crianças portadoras não são crianças menos desenvolvidas que as outras, apenas desenvolvem-se de forma diferente e aprendem de maneiras diferentes.

Segundo Freire (1982) os professores devem, junto com a equipe diretiva, analisarem o que podem fazer de melhor para ajudar os alunos PdD a não se sentirem excluídos. Mantoan (1997), neste sentido, afirma que se o professor considera o nível de possibilidades de cada um, se sabe explorar por meio de atividades abertas, a capacidade de cada um, se considera seus interesses e

necessidades, conseguirá uma aula proveitosa e produtora de conhecimento para todos.

Aquino (1998) menciona que a relação professor-aluno é o foco do trabalho pedagógico; com esta interação entre as partes, o professor poderá redescobrir o prazer e o valor social e humano da docência.

Segundo Coll, Marchesi, Palacios (2004) o aluno que não é auxiliado quanto a seus problemas emocionais pode ter fracasso escolar. Os professores, pais e familiares devem procurar fazer o melhor para não deixar isso acontecer. Para isso, incluir os PdD torna-se cada vez mais urgente.

Salovey e Mayer (1990) lembram que professores e equipe diretiva não devem demonstrar sentimentos de pena para os alunos PdD. Isso não é uma medida de inclusão, muito pelo contrário, poderá atrapalhar no rendimento escolar do aluno deficiente e provocar danos emocionais gravíssimos na aprendizagem e no desenvolvimento pessoal.

Segundo Tardif (2002) o professor vai aprendendo a ensinar à medida que enfrenta cotidianamente diversas situações inesperadas e novas, que vão habilitando o professor a lidar com as distintas deficiências de modo eficaz e produtivo.

4.4 O papel da equipe escolar no processo de inclusão

Segundo SILVIA (1999) a Construção de uma escola exclusiva e um desafio para todos, não é mais um bicho de sete cabeças, a proposta de educação inclusiva apresenta evolução, busca uma escola para todos.

A inclusão surge no cenário educacional como uma nova perspectiva que envolve rever concepções a respeito da educação, do ensinar e do aprender. As escolas devem fazer um novo projeto pedagógico para a inclusão do PdD.

O professor é levado a questionar-se sobre os saberes necessários para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais, considerando que não dispôs de formação para tal. O convívio diário com o PdD faz com que o professor adapte-se ao ambiente de inclusão e modifique suas aulas a fim de produzir-se conhecimento verdadeiro e significativo.

O Sucesso do processo de aprendizagem depende do projeto de inclusão, da escola e também do professor. Todos trabalhando juntos para que a inclusão realmente aconteça.

Segundo Kunc (1992) o sucesso da educação inclusiva depende diretamente da valorização da diversidade, mostrando que ninguém é igual, todo mundo é diferente um do outro, isso é a diversidade. Nas escolas o aluno tem contato um com outro, a convivência na classe leva a união dos alunos; ali eles constrói amizades ou não.

De acordo com Luck (2000) a educação está necessariamente em um contexto complexo, exige dos educadores, portanto, uma maior organização educacional. Deve possibilitar que o aluno possa aprender bem, compreender a vida e o meio que o cerca, saber se defender sozinho. O currículo oferecido em sala de aula é um dos elementos-chave para o sucesso educacional, tanto da escola como do estudante.

Gomes (2005) fala que inclusão escolar do aluno com necessidades especiais causa mudanças nos currículos escolares, nos projetos pedagógicos e exige das escolas um novo processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, Goffredo (1999) afirma que a escola é a principal instituição responsável pelo processo de ensino e desenvolvimento do aluno. A direção tem que colocar professores bons, capacitados, para passar um bom ensinamento, de modo que nenhum aluno fique prejudicado.

Jiménez (1997) fala que toda qualificação profissional inclusiva deve favorecer o desenvolvimento de uma competência voltada para inclusão e para o desenvolvimento, para a aceitação da diversidade apresentada pela clientela escolar.

Martin (1996) diz que tudo deve ser reestruturado: o processo inclusivo; o número de alunos por turma, a estruturação de um serviço sistemático de apoio especializado ao docente regular, um trabalho de acompanhamento permanente tanto da família como dos professores.

Brasil (1994) afirma a necessidade de as escolas aceitarem a inclusão do PdD no ensino regular. Esta é uma base para a construção de uma sociedade centrada na necessidade de pessoas respeitarem tanto a dignidade quanto as diferenças de todos seres humanos, ou seja, entenderem que ninguém é igual a ninguém.

Peterson (2006) fala que os programas de inclusão não podem ser bem-sucedidos em escolas públicas se ambos, professores da educação geral e da educação especial, não forem capacitados para programar programas de ensino colaborativo. Esse programa tem que incentivar os alunos a terem interesse pelas aulas, que também vão ter que ser modificadas dependendo da deficiência que o aluno portar.

Conforme Gonzáles (2002) a escola tem que se organizar profissionalmente e também adequar seus currículos para que haja coerência entre teoria e prática. A escola é um caminho para a educação. Deve-se, portanto, estimular a elaboração de um projeto político e pedagógico engajado, em que se verifica o que deve ser mudado e melhorado para receber e atender bem os alunos PdD.

4.5 Formação de professores e equipe no processo de inclusão

O professor sempre foi visto como fonte de passar ensino, ele dentro da sala de aula deve passar ensinamento e conhecimento para os alunos. Com inclusão do PdD o professor é essencial, deve passar segurança para os alunos. Em relação ao que aluno que tem necessidades especiais a cobrança do professor em sala de aula vai ser diferente, às vezes, dos outros alunos.

Neves (1998) acrescenta que a escola é um lócus privilegiado de educação, que oferece um crédito de confiança na competência técnica dos profissionais que nela atuam. Então, os professores necessitarão de, cada vez mais, procurarem alternativas para modificarem suas aulas, precisarão de recursos disponíveis para atender às necessidades de cada aluno, para ninguém ficar prejudicado.

Carvalho (2004) diz que o professor deve sentir-se como um pesquisador modificando suas aulas. Naturalmente o espírito crítico e investigativo de seus alunos vai sendo estimulado, tornando muito prazerosa sua vinda à aula.

Salamanca (1994) recomenda que a formação inicial do professor seja orientação positiva sobre deficiência, de forma que permitisse entender que as escolas conseguem a inclusão com apoio da sociedade e com a ajuda de serviços locais.

Os professores, como qualquer outro ser humano, têm que se adaptarem a situações novas. Eles esperam aprender uma prática inclusiva, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pré-definidos às suas salas de aulas, garantindo-lhes a solução dos problemas, que poderão encontrar nas escolas inclusivas.

Padilha (2004, p. 96) diz que é “[...] fundamental os professores e a equipe diretiva estarem capacitados para receber os alunos com deficiência, são pessoas essenciais na educação dessas crianças”.

A inclusão escolar é vista, então, como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos. A interação e a inclusão devem possibilitar a construção dos processos linguísticos adequados. O aprendizado e o desenvolvimento são responsabilidades do professor, que é responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas, levando materiais didáticos adequados para todos aprenderem juntos.

Considerada por Demo (1992) como o fator mais importante para a qualidade da educação básica, a formação de professores deve preparar para enfrentar o sistema educacional no Brasil. Afirma ainda que as crianças pobres e culturalmente indigentes aproveitem precariamente os frutos do sistema educativo, em função principalmente dessa má qualificação dos professores. Critica, por fim, a concepção das instituições responsáveis pela formação de professores, em especial o arcaísmo de seus currículos, baseados principalmente na reprodução do conhecimento, sem que se valorizem a investigação e a produção do conhecimento por parte dos alunos. Nesta mesma direção, Mello (1986) já havia constatado a precariedade da qualidade dos cursos de formação de professores, afirmando que tal deterioração, nas últimas décadas no Brasil, chegou a níveis alarmantes. Para ser professor, portanto, tem que se dedicar, independente se se vai trabalhar diretamente com aluno PdD.

5 Inclusão em escolas comuns

A inclusão é um problema que tem de deixar de existir, pois todos são humanamente iguais. Cada aluno tem sua história, sua vida, ninguém é igual. A equipe diretiva e professores têm que determinar um tipo de recurso que pode proporcionar um melhor desenvolvimento dos alunos e a garantia de que nenhum aluno fique prejudicado.

A integração do aluno com deficiência auditiva em classe comum não acontece em passes de mágica; é uma conquista que se vai adquirindo aos poucos. Os professores e a equipe diretiva devem se juntar para fazer o melhor para esses alunos, as escolas têm que contar com a ajuda de um intérprete da língua de sinais, se o professor não souber libras.

Góes (1996) diz que as pessoas com deficiência auditiva, pela defasagem auditiva, entram em dificuldades para terem contato com a linguagem social. Desse modo, no caso de crianças surdas, o atraso de linguagem pode trazer consequências emocionais, sociais e o atraso no aprendizado da criança, que terá que aprender libras para se comunicar socialmente.

Botelho (1998) e Lacerda (2000) afirmam que o aluno com deficiência auditiva frequentemente não compartilha uma língua com seus colegas e professores, aumentando a desigualdade linguística dentro da sala de aula. Muitas faculdades já têm um período que todos os professores devem aprender libras, o que inicia o processo de inclusão.

Para a inclusão do aluno com deficiência auditiva em escolas comuns, o professor e a equipe diretiva devem estar preparados para receber esses alunos, se o professor não souber libras, a escola tem que interagir com o intérprete para o aluno.

O aluno com deficiência visual é acolhido principalmente pela audição e tato. Para que o aluno compreenda ao seu redor, o professor deve apresentar objetos que possam ser tocados e manipulados, através da observação tátil de objetos o aluno pode conhecer as suas propriedades físicas. O aluno que é deficiente visual não consegue unificar, o professor tem que apresentar experiências concretas reais e tentar unificá-las por meio de explicações e de seqüências.

Medeiros et. al, (2007) diz que o aluno com deficiência visual apresenta uma forma peculiar de aprendizagem e, por isso, precisa de mais tempo para aprender e se desenvolver.

O aluno cego ou com baixa visão deve lidar com adequados equipamentos específicos. Só assim ocorrerá o aprendizado. O posicionamento do aluno na sala de aula deve ser adequado, de modo que o possibilite ouvir o professor melhor e se ele tiver pouca visão o professor deverá usar no quadro cores fortes.

Cerqueira e Ferreira (2000) solicitam que, para os alunos de visão subnormal, matriculados no Ensino Fundamental e médio, devem se utilizar os seguintes recursos didáticos:

- cadernos com margens e linhas fortemente marcadas e espaçadas;
- lápis com grafite de tonalidade forte;
- caneta hidrocor preta;
- impressões ampliadas;
- materiais com cores fortes e contrastantes.

Brasil (2001), Carvalho (1997) e Sei (2001) afirmam que a escola tem que ter recursos e materiais didáticos adequados para esses alunos. A escola adquirindo recursos ópticos, que modificam o ambiente e a postura da pessoa em torno da sua melhor realização de atividades, torna as aulas mais legais de assistir para qualquer aluno com deficiência ou sem.

O aluno com baixa visão terá necessidade de controle da iluminação dependendo da sua deficiência de visão, tem-se, então, que usar materiais adequados para que consiga aprender e desenvolver.

Segundo Oliveira (2000) para a educação de pessoas com cegueira é necessária aprendizagem específica: sistema Braille, técnicas de orientação e mobilidades para que o aluno possa seguir as aulas adequadamente.

Gil (2000) lembra que é muito importante que o professor descarte dentro da sala de aula preconceitos com aluno com deficiência de visão, o professor tem que tentar mostrar para o aluno cego ou com baixa visão que ele é capaz de descobrir, por meio da observação, por meio da família, que ele é capaz de aprender, ter uma vida como qualquer outra pessoa.

Prado (2001) ressalta que a escola tem que possuir recursos para incluir a criança com deficiência física na sala de aula. Tudo deve ser considerado: a posição da criança na sala de aula, altura da mesa e cadeira; inclinação da mesa; braço da

cadeira; banco de abdução; antiderrapantes na mesa e cadeira entre outras coisas. Estas indicações são realizadas de acordo com as necessidades de cada criança, considerando o seu desenvolvimento motor, cognitivo, visual. Tudo ajuda no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Reliy (2004) lembra que para o desenvolvimento do letramento da criança cega, podem ser utilizados instrumentos como o sorobã e recursos de áudio, gravador e fita cassete, além de outros materiais que possam ajudar no desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Kassar (1993, p. 7 e 1995, p. 14) objetivou “[...] conhecer as imagens e as concepções que as professoras têm a respeito da Deficiência Mental, dos seus próprios alunos e do seu próprio trabalho”. O professor tem que ter paciência com o aluno PdD; sua aprendizagem vai ser mais lenta, seu desenvolvimento também.

As escolas têm que estar preparadas para a inclusão, para receberem o aluno PdD. Fazer um projeto pedagógico, um currículo adequado para todos os tipos de deficiência, a escola não deve ter espaço só para uma deficiência, mas deve ter espaços para todos as deficiência e, concomitantemente, buscar recursos e materiais didáticos adequados para todos. Os planos de aulas dos professores têm que estar voltados para os alunos PdD e para os não portadores de deficiência, nenhum aluno pode ficar prejudicado.

6 Escola, Família e Sociedade: o que pode ser feito pela inclusão?

A inclusão do aluno PdD nas escolas requer que a sociedade, a família e a escola se une para que essa inclusão aconteça de fato e o aluno PdD sinta-se acolhido de verdade.

Giangreco (1997) ressalta o trabalho colaborativo em equipes, desenvolvido em conjunto projeto pedagógico, envolvendo a família, o domínio geral do educador, desenvolvimento de planos educacionais individualizados significativos e avaliação da eficiência da educação.

Unesco (1995), p.15; Europa (1998), p.15, as iniciativas feitas pela União Européia, pelas Nações Unidas, pela Unesco, pelo Banco Mundial e por organizações não-governamentais contribuíram para um crescente consenso de que todas as crianças têm o direito de ser educadas em escolas integradoras, independentemente de suas deficiência ou de suas necessidades educacionais especiais.

De acordo Ferguson (1996) e Bayliss (1998) a escola precisa preparar seus alunos para aceitação da diversidade humana em geral. A sociedade faz parte desse processo de inclusão se aberta para as diferenças.

De acordo Alencar (1993) a formação plena do educando é dever da escola, que tem que passar educação, valores de respeito, solidariedade independente de suas características. A inclusão pode beneficiar a todas as pessoas, pode ensinar a viver com as diferenças.

Ferreira (2004) destaca a participação da família com o aluno. Com o apoio da família o aluno PdD pode sentir-se mais seguro na escola nos primeiros dias de aula, e poderá ajudar no seu desenvolvimento e aprendizagem.

A inclusão de fato é um desafio que exige mudanças substanciais na escola como um todo. O que se espera da aprendizagem dos alunos não se restringe a flexibilizações curriculares, mas sim que cada aluno aprenda de sua forma, de acordo Carl Jung (apud BUSCAGLIA, 2002).

Machado (1997) afirma que: “Uma escola cidadã viabiliza a produção de uma abertura de projetos coletivos e tem articulação entre ambos”. Então, a escola que abre as portas para inclusão, trabalha com diferenças de maneira inclusiva e justa.

Para Amaral (1995) tanto a família quanto o aluno PdD precisarão enfrentar cada dia seus medos, suas frustrações, saber lidar com as dificuldades do dia a dia. A inclusão do aluno PdD nas escolas comuns nos primeiros dias pode ser difícil, tanto para o aluno quanto para o professor. Com o passar dos dias, o aluno vai se adaptando e o professor vai saber o que pode passar para ele dentro da sala de aula.

De acordo Mantoan (2003) as reformas educacionais sobre o papel da escola exigem que se repense a prática pedagógica tendo ética, respeitando os direitos de todos, buscando uma nova fase para escola que e inclusão do aluno PdD nas escolas comuns. Para Tiba (1996, p.178) “É dentro de casa, na socialização familiar, que um filho adquire, aprende e absorve a disciplina para, num futuro próximo, ter saúde social [...]”. Desse modo, percebe-se que fazer inclusão é papel de todos: dos pais, que educam, da escola, que passa instrução. Com o tempo a sociedade aprende a conviver com pessoas diferentes e percebe que ninguém é igual, vai se adquirindo, aos poucos, respeito um pelo o outro.

[...] o comportamento das crianças no ambiente escolar e em casa é, na verdade, uma reação às atitudes de seus pais. Foi constatado que a maioria dos problemas de comportamento, como ausência de atenção e agressividade, é reflexo da conduta dos pais. Uma criança, por exemplo, que não consegue, em sala de aula, ficar parada em momento nenhum, mostrado-se sempre nervosa, brigona, agressiva com os colegas, sempre mal arrumada, cadernos rasgados, pode ser que uma das causas para tudo isso seja um relação conflituosa com a família ou a relação, também conflituosa, entre os pais, os quais brigam o tempo todo na frente dos filhos e acabam descontando na criança, com desprezo ou indiferença, com agressões físicas ou verbais. Este fenômeno, tão comum, leva a criança a pedir ajuda, demonstrando isso de várias maneiras, inclusive chamando a atenção para si, no ambiente escolar. (WEIL, 1984, p.47)

Para Szymanski (2003) família e escola podem advir diferenças sociais, valores, crenças, interação e comunicação. Cada um tem um modelo educativo para inclusão do aluno PdD, mas é, sem dúvida, a escola que levará a integração dos alunos uns com os outros.

A família é essencial na educação de qualquer criança; junto com a escola ajudará na inclusão do PdD, os pais precisam estar conscientes e mobilizados pra participarem e apoiarem seus filhos com união e harmonia. Devem cuidar também para que não haja superproteção em relação ao seu filho com necessidades especiais, pois isso poderia prejudicar o desenvolvimento de seu filho.

Segundo Carvalho (1998) e Oliveira e Poker (2002) a escola inclusiva pressupõe conceitualmente uma educação apropriada e de qualidade, que é oferecida a todos os alunos, seja ele portador ou não, incluir esses alunos em classes de ensino regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos indiscriminadamente é urgente.

A declaração de Salamanca (1994) de que as escolas regulares recebendo os alunos PdD é um dos meios mais eficazes de combater a discriminação, criando comunidade desintegradas, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo o método de educação para todos. Mostra a necessidade de um projeto sério de inclusão.

De acordo Mazzotta (1994 p.87) existem duas posições presente na educação regular desses alunos: uma visão por unidade, “[...] que considera diversas alternativas educacionais possíveis, tanto as especializadas como as programadas para os demais colegas normais” e uma visão por dicotomia, “que implica uma correspondência entre o educando com necessidades especiais e a educação especial e entre o educando normal e o ensino regular”.

A inclusão do aluno PdD nas escolas comuns , desde que a escola esteja preparada para receber os alunos com necessidades especiais, seja qual for a deficiência. No entanto, a escola tem que ter recursos e espaço para a verdadeira inclusão do aluno.

Segundo Manjón (1995) as escolas têm que fazer adaptações curriculares para os alunos PdD, mas devem pensar também nos alunos que não têm deficiência.

De acordo MEC/SEESP (1994) para o aluno que apresenta necessidades próprias e diferentes dos demais alunos a aprendizagem correspondente a sua idade requer recursos pedagógicos e metodologia específica para a inclusão.

Afirma SASSAKI (1999, p.176) “[...] Inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação e, conseqüentemente, uma sociedade para todos”.

Assim, sociedade deve acolher as diferenças, ninguém é igual ao outro, porque não são as pessoas que têm que adaptarem-se à sociedade, mas a sociedade que deve adaptar-se às pessoas. A família e a escola devem criar formas significativas para que a comunidade interesse-se e participe da inclusão do aluno PdD na escola.

Segundo Miranda (1999, p.44) “[...] A família é o primeiro e talvez o principal grupo social em que vivemos. É nela que aprendemos a construir nossa individualidade e independência. Por isso, é muito importante o contato com outras famílias que enfrentam, ou não, problemas com necessidades especiais”. A inclusão prevista na lei não define regras ou níveis de deficiência, sendo assim, todos devem ser incluídos, independentes de suas necessidades deverão ser atendidas.

Segundo Adriana (2009) a escola inclusiva espera que todos aprendam juntos, não inporta quais as dificuldades ou diferenças que eles possam ter. A escola tem que se adaptar aos novos alunos, ver quais as necessiaddes para acomodar todos, passando para os alunos educação de qualidade.

A escola inclusiva busca seu espaço na Constituição Federal, de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases, Lei n.º 9.394/96, na Declaração Mundial de Educação para Todos e Declaração de Salamanca, além de muitas outras leis, decretos e portarias, que garantam a todos direito à educação, colocando a importância das instituições adequarem seus espaços, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades individuais dos educandos. Brasil (1997).

Segundo Vanessa (2006 p. 26) as transformações e exigências do mundo atual requerem mudanças da escola, a escola tem que oferecer aos seus educandos qualidade de ensino a que têm direito, para que cada escola possa melhorar seu trabalho em direção a um ensino de qualidade e inclusivo.

” [...]Dessa forma, a Educação Inclusiva torna-se um instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o que faz urgente identificar as causas que estão favorecendo a exclusão de grande contingente populacional sabendo-se que o princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional, tendo em vista a garantia de uma formação de qualidade para todos”.

A partir da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (1990) os movimentos internacionais recomendam a construção de espaços educacionais comprometidos com a educação de qualidade para todos, a escola tem que ter espaço e materiais didáticos para todos os tipos de deficiência. Neste sentido, Francisco (2006) lembra que compromissos éticos e políticos foram consolidados

num esforço coletivo para assegurar a democratização da educação, independente das diferenças particulares dos alunos, todos têm direitos iguais. A Declaração de Salamanca (1994), reflete um consenso mundial sobre a necessidade de mudanças fundamentais que transformem em realidade uma sociedade capaz de uma educação de reconhecer as diferenças, promover a aprendizagem e atender as necessidades de cada criança individualmente. Que as escolas ajustem-se às necessidades dos alunos, quaisquer que sejam as suas condições físicas, sociais e culturais que escola tenha espaço para esses alunos que ninguém fica prejudicado.

Família, escola e a sociedade juntas conseguirão a inclusão dos alunos PdD no ensino regular com sucesso, cada um tem o seu papel definido na vida do aluno. O aluno PdD é uma pessoa, e como todas as pessoas são diferentes. É urgente que a sociedade se acostume com as diferenças.

Que adaptações físicas devemos fazer na sala de aula considerando o aluno cadeirante e como adaptá-lo a sala de aula?

Segundo JOHANNA (2010) A escola que irá receber um aluno cadeirante necessita de um detalhado estudo sobre o seu desenvolvimento geral, seu histórico de aprendizagem, é preciso fazer um diagnóstico cuidadoso para saber se ele necessita de um "Plano Individualizado de Adequação Curricular". É fundamental tratar esse aluno como uma pessoa com condições mentais normais, que necessita apenas de uma adaptação física e estrutural para melhor se adaptar ao ambiente e assim conseguir ser independente. Os alunos precisam estar preparados para receber o colega deficiente. O professor deve explicar que deficiência física não tem nada a ver com deficiência mental, a deficiência física afeta a parte motora e não a parte cognitiva da pessoa. Muitas vezes a discriminação acontece pela falta de conhecimento, ou por não saber lidar com uma situação nova, que não é comum.

O aluno com limitações motoras na sala de aula

1. O aluno deve ficar sempre na frente e no meio da sala, pois isto facilita a sua atenção e integração na turma.
2. O aluno deve ser tratado com naturalidade e sua participação nas atividades em grupo deve ser sempre estimulada.
3. Poderá ser necessário que o aluno tenha um tempo maior que os outros para realizar as atividades, quando a sua dificuldade motora for também no membro

superior. Lembre-se que ele tem esse direito.

4. Alguns podem utilizar-se de adaptações para escrita, máquinas de escrever ou até mesmo computadores para escrever.

5. Para as atividades extra-classe é importante avaliar previamente a acessibilidade do local para garantir que o aluno possa ir, sem maiores transtornos ou constrangimentos.

6. Quando o aluno tiver uma dificuldade cognitiva associada à limitação motora poderá ser necessária alguma adaptação curricular.

7. O aluno pode necessitar de algum auxílio ao entrar e sair da sala; ofereça ajuda, se puder e desejar.

8. A sala de aula deve ser organizada de forma a que o aluno cadeirante possa circular sem dificuldades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo feito, a inclusão, obrigatoriamente, requer uma profunda reformulação das políticas públicas educacionais, necessita da instituição e execução de novos projetos pedagógico-administrativos que possibilitem o tratamento do aluno portador de deficiências, quaisquer que sejam elas, a partir de uma perspectiva realmente inclusiva.

Educação Especial é, pois, muito mais do que escola especial, é uma revisão e reestruturação de valores e concepções. Sua prática não pode estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim fazer parte da educação como um todo, acontecendo nas escolas regulares e constituindo-se em mais um sinal de qualidade em educação global. A educação tem que ser oferecida com qualidade a qualquer aluno que dela necessite, por quaisquer que sejam os motivos.

E, sendo assim, precisa tomar como fundamento básico o fato de que o foco é o aluno, independente se ele porta alguma deficiência ou não. O aluno tem que ser atendido com a máxima prioridade e eficiência.

Para tanto, pais, família e a escola (equipe diretiva, professores) têm que se unirem para conseguir verdadeiramente a inclusão e, mais que isso, lidar com ela de modo a transformar a realidade dos envolvidos em uma rotina melhor. O governo tem que investir e entender para que a escola possa receber bem os alunos PdD o sistema precisar ser urgentemente adequado.

A inclusão deve acontecer perpassando por todas as esferas sociais. Desde a própria família, os professores, os amigos até o mais alto governante. Não se pode pensar em escola inclusiva sem conceber uma sociedade que inclui. Entretanto, se ainda não se tem uma sociedade ideal para se lidar com as diferenças, que se comece o trabalho pelas escolas!

Finalizando, cabe ressaltar que a inclusão não é uma ameaça, muito menos uma mera questão de terminologia. Ela é uma expressão linguística e física de um processo histórico que não se iniciou e nem terminará hoje. É um processo que se configura como urgente, necessário e de todos.

REFERÊNCIA

ADRIANA, M. A inclusão do aluno com deficiência na escola comum. **Revista FACILITAJA**. V.2, n.1, p. 2 -4. 2006-10 Facilitaja Internet Ltda - NewsletterRSS. Publicado 28/10/2009. Disponível em: < <http://pt.oboulo.com>. Acesso em 24 set.2010.

ALENCAR, CARVALHO, E.R. Família, escola e sociedade. **Revista PSICOPEDAGOGIABRASIL**. Artigo publicado em 16/03/2009. Disponível em: <http://www.psicopedagogiabrasil.com.br>. Acesso 20 set.2010.

AMARAL, L, A. Uma família presente e participativa: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais. Anais do 9º Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2004. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br>>. Acesso em 19 set.2010.

AMARAL, T. Portadores de deficiência a questão da inclusão social. Revista Scielo Brasil. São Paulo. V.14 n.2 São Paulo Apr./June 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acesso em 20 ago.2010.

ARROYO, S ; SANTOS, B.S . A educação especial na educação inclusiva. **Revista do projeto pedagógico Udemo**. s/v, s/n. SP. Disponível em: < http://www.udemo.org.br/revistaPP_02_09AEducacaoEspecial.htm >. Acesso em 15 ago. 2010.

BLANCHOT, O. A Inclusão de Alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Superior. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br>. Acesso em 11 ago.2010.

BRASIL. Educação especial e formação de professores: onde estamos... Para onde vamos? Horizontes, v. 25, n. 1, p. 87-98, jan./jun. 2007. Disponível em: < <http://www.saofrancisco.edu.br> >. Acesso em 31 ago.2010

BRASIL, Ministério da educação e do deporte; CARVALHO, K.M.; SEI (2001); OLIVEIRA, R.C ; GIL,M . O aluno com deficiência visual em sala de aula: informações gerais para professores de artes. **Revista eletrônica educação**, v. 3, n. 1, p.17-33. mai. 2009. Artigos. ISSN 1982-7199. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em 08 set.2010.

CAMARGOS, T.; MEDEIROS, A.; FERREIRA, M.C. C; DICKMAN, F. Educação de estudantes cegos na escola inclusiva: o ensino de física. **X V I I I SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA – SNEF 2 0 9 – VITÓRIA, ES**. Publicado 26 a 30 de janeiro 2009. Disponível em: < <http://www.sbf1.sbfisica.org.br> > . Acesso em 07 set. 2010.

CARVALHO, M, OLIVEIRA e POKER , Educação inclusiva. Jogos para o ensino de conceitos. 3ªed.2007. p.8. Campinas são Paulo ed. tda.

CARVALHO, M; NEVES, L ; GOFFREDO, A . Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola: uma proposta necessária e em ascensão. **Revista Brasileira de educação**. V.1. n.15, UFMS.Publicado em 2005. Disponível em: < <http://www.anped.org.br>. Acesso em 31 ago. 2010.

CEQUEIRA, J.B ; FERREIRA, P. A. A inclusão de alunos deficientes visuais na rede publica de ensino de Marília: Educação infantil e ensino fundamental. Departamento de Educação Especial – FFC/UNESP/Marília. **Revista Universidade estadual paulista**. v.1. n. 1. p . 318-320. Disponível em:< <http://www.unesp.br>> . Acesso em 07 set. 2010.

CLAUDIA GOMES; ALTEMIR JOSÉ GONÇALVES BARBOSA. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira de educação especial**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Jan.-Abr. 2006, v.12, n.1, p.85-100 . Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 11 ago.2010.

Declaração de SALAMANCA-UNESCO. A Inclusão Social na Legislação. **Revista terapia ocupacional e inclusão social**. Disponível em: < <http://celinacb.br> >. Acesso em 16 ago. 2010.

DORNELES, C .M. Procedimentos pedagógicos necessários em sala de aula. **Revista SED- Secretaria de educação de Mato Grosso**. Publicado 09/03/2006. UNAES. Disponível em :< www.educar.ms.gov.br>. Acesso em 09 set.2010.

FERGUSON; G ; BAYLISS . et al. **Caminhos para inclusão**: Um guia para o aprimoramento da equipe escolar. 1.ed. Porto Alegre:Artmed,2007.

FERREIRA, M. C. C. F (2004); CARL, J e BUSCAGLIA, L (2002). A família no contexto da inclusão escolar. **Revista Educação especial**, s/v, n. 15. Disponível em: < <http://www.anped.org.br>>. Acesso em 20 set. 2010.

Fundação Procuradora Pedro Jorge de Melo e Silva. Procuradoria Federal dos Cidadãos 2ª ed.rev. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, setembro de 2004. Disponível em: < <http://www.prgo.mpf.gov.br>>. Acesso em 15 ago. 2010.

GLAT, R; OMOTE, S.A. Direito a matrícula em classe regular. **Revista Planeta educação Um mundo de serviços para escola**. s/v. s/n. p. 1. Publicado em Abril 27,2008. Disponível . Acesso em 11 ago. 2010.

GOMES, J. A fonoaudiologia na relação entre escolas regulares de ensino fundamental e escolas de educação especial no processo de inclusão. **Revista brasileira de educação especial**, v.13, n .2. Publicado em maio/agst/ 2007. Disponível em :< <http://www.scribd.com>>. Acesso em 08 ago.2010.

JIMENEZ, P; GOES, F.R; BOTELHO, G; LACERDA, S.R. . A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. Cede, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006 163. **Revista brasileira de educação especial**. v.14, n. 2. Marília May/Aug. 2008 Disponível em:<<http://www.scielo.br>. Acesso em 29 ago.2010.

KARAGIANS e STAINBACK , S.W ; SILVA ; UNESCO . Inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular: um desafio para o educador. **Revista ciências humana**. Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo; Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – São Luiz Gonzaga. p. 3-11. Publicado 2007. Disponível em <http://www.sicoda.fw.uri.br>>. Acesso em 03 maio .2010.

KUCN, R. Inclusão Escolar: Um Desafio Entre o Ideal e o Real. **Revista Profala**. s/v. s/n. Disponível em: < <http://www.profala.com>>. Acesso 08 set.2010.

LDB. Educação especial e formação de professores: onde estamos... Para onde vamos? **Revista Universidade São Francisco**. Horizontes, v. 25, n. 1, p. 87-98, jan./jun. 2007. Disponível <http://www.saofrancisco.edu.br>. Acesso 11 set.2010.

LUCK, O. O papel da gestão escolar frente ao contexto de inclusão escolar de sujeitos com transtornos globais de desenvolvimento (TGD): uma discussão pertinente. **Revista virtual Partes. Brasília**, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000 Publicado em 12/07/10. Disponível em: <http://www.partes.com.br>. Acesso em 07 set.2010.

MANTOAN, M. T. E . A Inclusão Social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho por meio da educação. **Portal Psicologia**. Revista Comemorativa dos 25 anos da APAE de Arcos – Arcos, 2005. s/v. s/n. p.2. Publicado em 2/10/07. Disponível em: <http://www.redepsi.com.br>. Acesso em 19 set.2010.

MANTOAN, M.T.E . A Inclusão do Portador de Necessidades Especiais em Âmbito Social e Escolar. **Revista Pedago Brasil**. Disponível em: < <http://www.pedagobrasil.com.br> >. Acesso em 11 ago. 2010.

MANTOAN, M.T.E ; CALVACANTE (2005). Caminhos pedagógicos da inclusão. **Revista Educação Online**. Publicado 28 de Novembro de 2002. Universidade Estadual de Campinas / Unicamp. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Reabilitação de Pessoas com Deficiência - LEPED/ FE/ Unicamp. Disponível em: <<http://www.educacaonline.pro.br>>. Acesso em: 21 março. 2010.

ROSÂGELA;P; Educação inclusiva. Disponível em:
<http://www.scribd.com/doc/6994686/Rosangela-Pires-Dos-Santos-EDUCACAO-INCLUSIVA>. Acesso em 20ago.2010.

MANTOAN, M.T.E. Livros Didáticos Ensino fundamental 2. Inclusão escolar – caminhos e descaminhos, perspectivas caminhos. **Revista Moderna**. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp/SP. Autora do livro Inclusão Escolar. Disponível em: < <http://www.moderna.com.br> >. Acesso em 20 ago. 2010.

MARIA, Z.S; MARTIN, J.S. . Experiências didático-metodológicas de professore classe comum/regular com alunos surdos. **Revista uni>ersia**. Publicado 25/julho/2010. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net>. Acesso em: 06 ago.2010.

MAZZOTA, S; GLAT, O, M; JOSSON, C, V. Integração Inclusão na escola regular: Um olhar do egresso surdo. **Revista faculdade São José**. v.1, n.2, p. 3-5. Disponível em: < <http://www.sj.cefestsc.edu.br>. Acesso em 17 ago. 2010.

MIRANDA, A ; SÔNIA G. - Inclusão em debate: das políticas públicas ao currículo da escola. In **Revista Cadernos de Educação Especial**. p.3. Santa Maria: Editora UFSM, nº 13, 1999.

MRECH, L.M ; Sentimentos que permeiam o processo de inclusão de alunos portadores de deficiência visual. **Revista Digital - Buenos Aires** - Año 14 – v.1, n. 133 - Junio de 2009. Disponível: <http://www.efdeportes.com/efd133/inclusao-de-alunos-portadores-de-deficiencia-visual.htm>. Acesso em 21 set.2010.

NAURJOKS E COL . A inclusão de pessoas com necessidades especiais ensino superior: realidade ou utopia. **Revista academia eletrônica Sumaré**. Edição 3 (1º

semestre de 2010) ILCAE1 – PUC-SP. Disponível em: < <http://www.facsumare.com.br> >. Acesso em 12 ago. 2010.

NAZA, A.S ,WALLON, M. A inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular. **Revista Dia-a-Dia Educação.** v.1,n.2. pág.22-25. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br> >. Acesso em 12 ago. 2010.

Padilha, A, M; Gil, A. Inclusão escolar: Concepções de professores de alunos com deficientes mentais na educação regular. **Revista UFU.** V.1. n.1. p.3-19. Uberlândia/MG. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br>>. Acesso em 07 set. 2010.

PERTESON, M. S ; GONZÁLES, S. P. O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil. **Rev. Bras. Ed. Esp.,** Marília, v.15, n.1, p.121-140, jan.-abr. 2009
Disponível em:< <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 31 ago.2010.

PRADO, T .F .A ; KASSAR, M.C.M . Professores de alunos com deficiência mental: Formação e concepções. **Revista Educação Oline. UFJF.** Publicado 24 de Fevereiro de 2002. Disponível em:< <http://www.educacaoonline.pro.br>>. Acesso em: 09 set. 2010.

ROSANA VIDAL. O papel do educador na inclusão social. Publicado 25/06/2009. Disponível em: < <http://www.artigonal.com>>. Acesso 09 ago .2010.

SALAMANCA, RELIY, A. Educação Inclusiva: Componente da Formação de Educadores. **Rede Saci**. Artigo publicado na Revista Benjamin Constant de Dezembro de 2007. Ano. 13 n. 38. Publicado 23/01/2008. Disponível em: < <http://saci.org.br>>. Acesso 31 ago. 2010.

SALOVERY e MAYER; SALAMANCA. A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais. **Revista Profala**. v.1,n.2. p.1-3. Disponível em: < <http://www.profala.com> >. Acesso em 15 ago. 2010.

SANTOS, F,M ; MILES, A. O papel do educador na inclusão social. Publicado em: 25/06/2009. Disponível em < <http://www.artigonal.com>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

SASSAKI, R. A; STAINBACK E STAINBACK, T. Sentimentos que permeia o processo de alunos portadores de deficiência visual. **Revista digital Buenos Aires**, v.1, n.133, p.1, julho 2009. Disponível em < <http://WWW.efdesporte.com>>. Acesso em: 10 ago.2010.

SASSAKI, R.A. A sociedade e os paradigmas da exclusão e da inclusão. **Meu artigo Brasil Escola**. Disponível em: < <http://www.meuartigo.brasilecola.com>. Acesso 24 set.2010.

SCOTTI; TARDIF, P. S. Educação especial: Inclusão do deficiente auditivo em turmas regulares. Publicado 2002. p. 3-10. Disponível em: < <http://www.nead.unama.br>>. Acesso 11 ago.2010.

SCOTTI,P. Refletindo sobre as necessidades especiais em sala de aula: Deficiência Visual. Mato Grosso do Sul, UNAES. n.1, p.3, Disponível em <http://www.educar.ms.gov.br> .Acesso 26 de maio 2010.

STOBAUS e MOSQUERA . Educação inclusiva: Direitos. **Construir notícia**. Publicado em 2007. Disponível em: < [http ://www.construirnoticias.com.br](http://www.construirnoticias.com.br)>. Acesso em 18 ago. 2010.

UNESCO; GLAT, F; OLIVEIRA, L.A. A inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular. **Revista dia-a-dia Educação**. Artigo. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br> >. Acesso em 12 ago.2010.

VANESSA, C. A inclusão do aluno deficiente no ensino regular. Revista **FACILITAJA**. Publicado 15/12/2006. s/v, s/n. Disponível em: < <http://pt.oboulo.com>. Acesso em 24 set.2010.

WARNOCK, C ; CESAR, L. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2.ed./v.3. p.24-27. São Paulo : Artmed, 2004.

WEBMASTER, C. A inclusão escolar e necessidades. **Revista Universo Autista**. Artigo Publicado 30/outubro/2007. Disponível em: < <http://www.universoautista.com.br> >.

WEI, P.G; SZYMANSKI, W . A Influência da família no rendimento escolar do indivíduo. **Revista Virtual Partes Educação**. v.1, n.2. p. 36-74. Publicado em 15/11/07. Disponível em: <http://www.partes.com.br>